



Câmara Municipal de Fortaleza
GABINETE VEREADOR MÁRCIO CRUZ

REQUERIMENTO _____ / 2013

5073

Requer a transcrição nos anais desta Casa da matéria "Exploração sexual: Estudo revela falhas em prevenção", veiculada no jornal Diário do Nordeste em 12 de novembro de 2013.

EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA:

O vereador signatário, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental vem mui respeitosamente à presença de V. Exa requerer a transcrição nos anais desta Casa Legislativa da matéria "Exploração sexual: Estudo revela falhas em prevenção".

A matéria foi publicada no jornal Diário do Nordeste em 12 de novembro de 2013, conforme recorte em anexo.

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE FORTALEZA, em 12 de novembro de 2013.

Márcio da Luz Farias
Márcio Cruz
Vereador - PROS

DEPTO. LEGISLATIVO

Câmara Municipal de Fortaleza
Rua Dr. Thompson Bulcão, 830 – Gabinete 09 – Luciano Cavalcante.
CEP. 60.810-460 – Fone (85) 3444.8300

RECEBIDO

12. NOV. 2013

Q. O. *01*
RECEBIDO
12. NOV. 2013

EXPLORAÇÃO SEXUAL

Estudo revela falhas em prevenção

Unifor, em parceria com a Fiocruz, avaliou estratégias municipais de enfrentamento ao problema

Em época de grandes eventos, quando o Ceará se consolida ainda mais na rota turística internacional, a discussão sobre a exploração sexual infantil, tema antigo e recorrente no âmbito da proteção à criança e ao adolescente, torna-se cada vez mais cabível e necessária. Com a chegada de milhares de visitantes à Capital, o Estado, já conhecido pelo grande número de práticas abusivas contra meninos e meninas em situação vulnerável, vira alvo ainda mais fácil para a violação dos direitos infanto-juvenis.

De forma a analisar as ações municipais em torno da questão, a Universidade de Fortaleza (Unifor), em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), do Rio de Janeiro, realizou, em 2012, uma avaliação das estratégias governamentais no enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes na Capital. Os resultados da pesquisa foram apresentados, ontem, às representantes de entidades ligadas ao tema e revelaram os pontos positivos e negativos da rede de atendimento às vítimas.

O estudo incluiu, além de Fortaleza, outras três capitais brasileiras: Belém, Campo Grande e Porto Alegre. Foram investigados, no biênio 2010-2011, indicadores de cinco dimensões diferentes, como prevenção à situações de exploração, atenção às vítimas, garantia dos direitos da



A pesquisadora da Fiocruz Suelly Deslandes, coordenadora nacional do estudo, chamou a atenção para a falta de articulação entre as estratégias utilizadas para combater o abuso sexual, o que prejudica a eficácia em FORTALEZA. FAVIANE DE PAULA

criança e do adolescente, qualificação de registros de casos de exploração e responsabilização legal dos autores do crime.

Segundo Suelly Deslandes, pesquisadora da Fiocruz e coordenadora nacional do estudo, dentre os pontos que chamaram a atenção durante o levantamento de dados está o fato de que a exploração sexual infantil já faz parte da pauta pública há cerca de duas décadas e, por isso, a cobrança por respostas ao problema é maior. No entanto, a falta de articulação entre as estratégias utilizadas para combater o abuso de meninos e meninas prejudica sua eficácia.

"Existem estruturas interessantes e inovadoras, mas essas experiências precisam estar articuladas com ações em rede. Não adianta ter excelentes trabalhos sem retroalimentar nas secretarias", afirma Deslandes.

A pesquisa apontou, por exemplo, que Fortaleza não possui um plano único ou geral de prevenção à violência sexual de crianças e adolescentes. Existem apenas planos territorializados e estes não foram implantados em todos os polos críticos de exploração da cidade.

O número de equipamentos capazes de realizar atendimento especializado, como Centros de

Referência em Assistência Social (Creas), também foi considerado insuficiente para o tamanho populacional e a complexidade de cada território.

Os dados mostraram que alguns Creas possuíam mais de 300 mil habitantes em sua área de abrangência. Da mesma forma, a rede de Conselhos Tutelares, de acordo com o relatório, apresentou déficit de 19 novas unidades, com base nos parâmetros do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda).

A coordenadora levanta, ainda, que há distância entre o conhecimento do problema e o en-

frentamento do mesmo. Conforme ela, a mais recente Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Exploração Sexual de Crianças, divulgada em 2011, revelou 74 pontos de exploração na Capital, principalmente nos bairros Barra do Ceará e Praia de Tracema. "A última CPI identificou os mesmos pontos que as outras e ainda mais alguns. Isso significa que há um descompasso entre a capacidade de identificar e atuar", destaca Suelly Deslandes.

Os resultados da pesquisa serão encaminhados às secretarias da rede de proteção à criança e ao adolescente juntamente a recomendações feitas pela equipe que desenvolveu o estudo. Jane Eyre, professora da Unifor e coordenadora local da pesquisa, afirma que a expectativa é que o material sirva como uma ferramenta de gestão pública e contribua na criação de estratégias mais amplas e eficientes.

"Não foi instituída na administração municipal uma cultura avaliativa, de reorientar as ações que tiveram fragilidade. Esperamos que se tenha um novo olhar sobre a questão e sejam elaboradas proposições que realmente enfrentem o problema", ressalta a coordenadora.

A reportagem entrou em contato com a Secretaria de Direitos Humanos (SDH) de Fortaleza, mas, até o fechamento desta edição, não obteve retorno.

Denúncias

Combater a exploração e a violência sexual de crianças e adolescentes em Fortaleza depende, em grande parte, que a população registre denúncias de possíveis casos de abuso. No entanto,

A exploração sexual infantil já faz parte da pauta pública há cerca de duas décadas e, por isso, a cobrança por respostas é maior

A rede de Conselhos Tutelares, segundo o relatório, apresentou déficit de 19 novas unidades, com base nos parâmetros do Conanda

os locais responsáveis por receber as notificações apresentam restrições e dificuldades.

Para fazer um teste, a reportagem do Diário do Nordeste entrou em contato com Conselhos Tutelares, a Delegacia de Combate à Exploração da Criança e do Adolescente (Decca) e o Disque Denúncia de Violência contra Crianças e Adolescentes (Disque 100) com o intuito de relatar uma situação de exploração.

Nos dois primeiros, os atendentes informam que denúncias por telefone só no Disque 100. É possível registrar notificações apenas pessoalmente, dentro do horário de atendimento dos locais. A Decca fica aberta até as 18h, já o Conselho atua em plano somente em uma unidade, localizada na Avenida Bezerra de Menezes. O restante funciona até as 17h.